

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	314.081.529
Preferenciais	0
Total	314.081.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.306.927	1.258.492
1.01	Ativo Circulante	3.458	27.160
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.344	26.078
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.103	1.051
1.01.07	Despesas Antecipadas	11	31
1.02	Ativo Não Circulante	1.303.469	1.231.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	984	960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	984	960
1.02.03	Imobilizado	1.291.710	1.219.838
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.291.710	1.219.838
1.02.04	Intangível	10.775	10.534
1.02.04.01	Intangíveis	10.775	10.534

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.306.927	1.258.492
2.01	Passivo Circulante	207.994	204.816
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.546	1.366
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.546	1.366
2.01.02	Fornecedores	19.294	21.331
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.294	21.331
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.046	3.861
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	766	1.613
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	766	1.613
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	309	671
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.971	1.577
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.074	165.894
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	172.074	165.894
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	172.074	165.894
2.01.06	Provisões	11.034	12.364
2.01.06.02	Outras Provisões	11.034	12.364
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.034	12.364
2.02	Passivo Não Circulante	787.036	741.678
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	460.311	453.891
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	460.311	453.891
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	460.311	453.891
2.02.02	Outras Obrigações	305.379	265.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.379	3.379
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.379	3.379
2.02.02.02	Outros	302.000	262.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	302.000	262.000
2.02.04	Provisões	21.346	22.408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	79
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	79
2.02.04.02	Outras Provisões	21.346	22.329
2.03	Patrimônio Líquido	311.897	311.998
2.03.01	Capital Social Realizado	314.081	314.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.184	-2.083

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-120	-190
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-120	-190
3.06	Resultado Financeiro	-6	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-6	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-126	-190
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25	58
3.08.02	Diferido	25	58
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-101	-132
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-101	-132
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-101	-132
4.03	Resultado Abrangente do Período	-101	-132

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-128	-4.484
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-96	-160
6.01.01.01	Prejuízo do período	-101	-132
6.01.01.02	Depreciação e amortização	0	30
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-25	-58
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	30	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32	-4.324
6.01.02.01	Impostos a compensar	-52	-119
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	0	-4.121
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	20	-84
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63.995	-96.980
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	0	-147.750
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-63.992	-104.553
6.02.03	Aplicações no intangível	-3	-5
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	0	155.328
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	40.389	101.637
6.03.01	Integralização de capital	0	13.000
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	40.000	67.000
6.03.03	Empréstimos tomados	0	51.044
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	296	-29.066
6.03.05	(-) Custos de captação de financiamentos	93	-341
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.734	173
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.078	86
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.344	259

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101	0	-101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-101	0	-101
5.07	Saldos Finais	314.081	0	0	-2.184	0	311.897

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.000	0	0	0	0	13.000
5.04.01	Aumentos de Capital	13.000	0	0	0	0	13.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-132	0	-132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-132	0	-132
5.07	Saldos Finais	166.081	0	0	-1.191	0	164.890

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-120	-160
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-120	-160
7.03	Valor Adicionado Bruto	-120	-160
7.04	Retenções	0	-30
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-120	-190
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-120	-190
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-120	-190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-25	-58
7.08.02.01	Federais	-25	-58
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6	0
7.08.03.03	Outras	6	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-101	-132
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-101	-132

Comentário do Desempenho

Aos acionistas

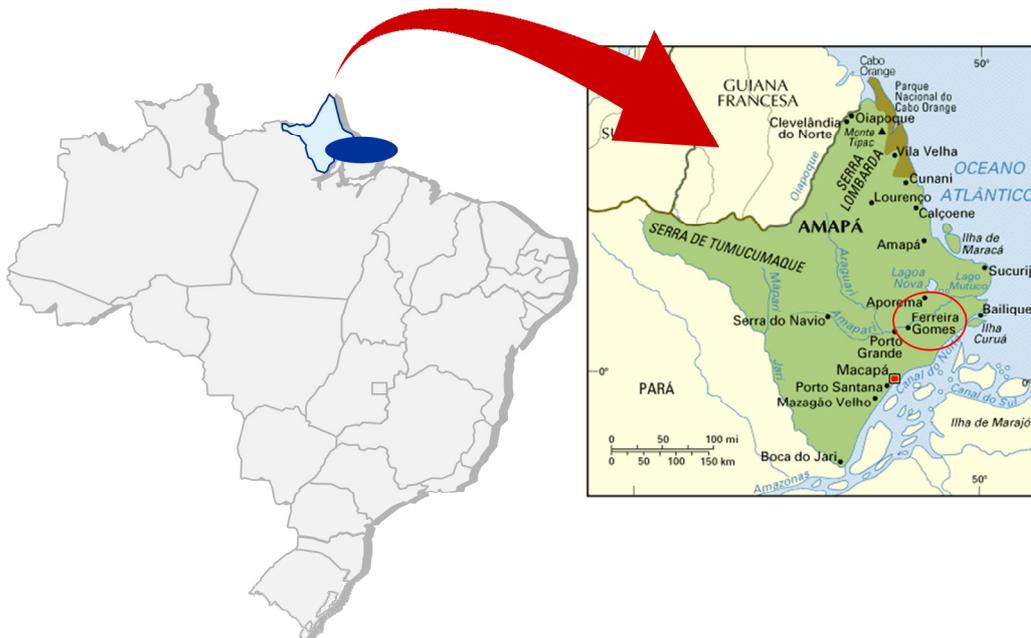
A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o comentário do desempenho e as Informações Trimestrais ITRs da Companhia relativos ao período findo em 31 de março de 2014, acompanhadas do relatório de revisão dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica, localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e está sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Resultados Econômico-Financeiros

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. Os recursos provêm da acionista Alupar Investimentos S.A, de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

Comentário do Desempenho

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no período, e como a UHE Ferreira Gomes está em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Dado que a Ferreira Gomes Energia é uma sociedade para implantação da UHE, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores através de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de março de 2014, a Ferreira Gomes Energia S.A. finalizou o ano com 94 colaboradores.

Governança Corporativa

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria Estatutária.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores: (i) Administrativo Financeiro; (ii) de Relações com Investidores; e (iii) Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo substituto pelo prazo restante do mandato.

O Conselho de Administração é composto de por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Responsabilidade Sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
Programa de Monitoramento Meteorológico;
Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
Programa de Qualificação de Mão-de-obra e Estágio para Jovens; e
Programa de Reforço a Infraestrutura Municipal.

Comentário do Desempenho

Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes S.S. ("KPMG") celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. ("Empresa"), o "Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria".

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Empresa, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) a partir do trimestre findo em 31 de março de 2014, e a findar-se em 30 de junho de 2014 e 30 de setembro de 2014, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência a ser preparado para o registro da Empresa como companhia aberta na CVM; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Empresa, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras;

Tais serviços totalizaram R\$46.221,00(líquidos) contratados para o referido exercício.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº1855, bloco I, 9º andar, sala G, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, e a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 31 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia, para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além de legislação específica aplicável às autorizadas do serviço de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da

Notas Explicativas

administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos instrumentos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de provisões para contingências.

A autorização para conclusão das informações trimestrais da Companhia foi efetuada através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2014.

Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação nas demonstrações do fluxo de caixa nos montantes de R\$ 119 e R\$ 84 referentes a impostos a recuperar e despesas pagas antecipadamente respectivamente, da rubrica de atividades de investimentos para rubrica atividades operacionais. Houve também a segregação dos custos de captação dentro da rubrica atividades de financiamento.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2013. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período findo em 31 de março de 2014 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

4.1. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

Notas Explicativas

4.2. Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo		18	26
Banco conta movimento		2.315	77
Aplicações financeiras de liquidez imediata		11	115
Certificados de depósitos bancários	93% do CDI	-	25.860
		2.344	26.078

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, na qual a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, esta aplicação foi integralmente resgatada no primeiro trimestre de 2014, remunerada pela variação de 93% CDI do (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2013.

6. Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	31/03/2014	31/12/2013
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	765	714
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	99	98
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	100
	<u>1.103</u>	<u>1.051</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	146	330
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	546	1.122
Imposto sobre Serviços - ISS	309	671
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.971	1.577
Outros	74	161
	<u>4.046</u>	<u>3.861</u>

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia é tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e nos exercícios anteriores. Com base na expectativa de lucratividade futura, que deve ocorrer após o início de suas operações, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrado a seguir:

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.133 (R\$ 3.044 em 2013). Tendo constituído impostos de renda e contribuição social, diferidos para a totalidade destes saldos.

<u>Ativo não circulante</u>	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	702	686
Contribuição social diferido sobre base negativa	282	274
	<u>984</u>	<u>960</u>

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos ocorrerá integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2014 representam, substancialmente, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados à obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/03/2014
Imobilizado em curso						
Terrenos		15.636	921	-	-	16.557
Reservatórios, barragens e adutoras		61.146	145	-	-	61.291
Edificações, obras civis e benfeitorias		447.454	24.183	3.813	-	475.450
Máquinas e equipamentos		120.597	-	51.917	-	172.514
Veículos		3.491	-	-	-	3.491
Móveis e utensílios		2.927	92	-	-	3.019
A ratear (1)		298.269	27.141	4.978	-	330.388
Juros capitalizados (3)		81.840	12.047	-	-	93.887
Programas socioambientais		50.585	(1.033)	-	-	49.552
Material em depósito		2.820	1.939	(3.098)	-	1.661
Adiantamento a fornecedor		87.297	5.378	(57.610)	(30)	35.035
Depósitos judiciais		669	184	-	-	853
Estudos e projetos (2)		47.107	905	-	-	48.012
Total do imobilizado em curso		1.219.838	71.902	-	(30)	1.291.710
Imobilizado em serviço						
Benfeitorias em bens de terceiros		314	-	4	-	318
Total do imobilizado em serviço		314	-	4	-	318
Total do imobilizado em serviço e curso		1.220.152	71.902	4	(30)	1.292.028
(-) Depreciação acumulada						
Benfeitorias em bens de terceiros	36%	(314)	-	(4)	-	(318)
Total da depreciação acumulada		(314)	-	(4)	-	(318)
Total		1.219.838	71.902	-	(30)	1.291.710

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados, até 31 de março de 2014, são de R\$ 93.887 (R\$ 81.840 até 31 de dezembro de 2013) líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (R\$ 5.956 em 31 de março de 2014 e R\$ 5.792 em 31 de dezembro de 2013). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 11 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

Até 31 de março de 2014, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2013	Adições	31/03/2014
Licença de uso de software	569	3	572
Uso do bem público	9.965	238	10.203
Total	10.534	241	10.775

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e pode ser assim demonstradas:

Notas Explicativas

	31/03/2014	31/12/2013
<u>Ativo não circulante - imobilizado (adiantamento a fornecedores)</u>		
Adiantamento a fornecedores - Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda (a)	9	102
	<u>9</u>	<u>-</u>
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A (b)	3.379	3.379
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (c)	302.000	262.000
	<u>305.379</u>	<u>265.379</u>

- a) Contrato de fornecimento de torres metálicas para a linha de transmissão com a coligada Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. Em 31 de março de 2014 o montante pago desse contrato totalizava R\$ 6.064 (R\$ 4.685 em 31 de dezembro de 2013).
- b) Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos pela Controladora.
- c) A Companhia esta em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista para implantação da UHE Ferreira Gomes, desta forma a Alupar Investimentos S.A aportou a título de adiantamento de futuro aumento de capital R\$ 302.000 até 31 de março de 2014.

10.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Notas Explicativas

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/03/2014
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES contrato 12.2.1390.1	Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/2012	15/04/2031	463.335
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fomecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/2011	09/10/2014	10.659
26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2a Emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/2012	30/05/2014	172.248

10.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue abaixo:

	31/03/2014	31/03/2013
Benefícios de curto prazo (a)	235	454
Benefícios pós-emprego	9	4
Total	244	458

a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

Notas Explicativas

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	31/03/2014			31/12/2013		
		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
2º emissão de Debêntures	5,95 % + IPCA	147.000	25.248	172.248	147.000	19.312	166.312
(-) Custo de captação		(174)	-	(174)	(418)	-	(418)
Total		146.826	25.248	172.074	146.582	19.312	165.894
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	209.006	3.107	212.113	205.257	3.133	208.390
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	82.723	1.230	83.953	81.239	1.240	82.479
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	4.207	63	4.270	4.131	63	4.194
BNDES - Subcrédito D	2,5%	162.163	836	162.999	161.337	660	161.997
(-) Custo de captação		(3.024)	-	(3.024)	(3.169)	-	(3.169)
Total		455.075	5.236	460.311	448.795	5.096	453.891

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até 31 de março de 2014.

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a segunda emissão de R\$ 200.000 debêntures, (20.000 vinte mil debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10), os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012. Em 16 de abril de 2013 foram quitados R\$ 53.000. A remuneração das debêntures contempla juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura, com vencimento em 30 de maio de 2014.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas com base nas informações financeiras da fiadora (Alupar Investimento S.A.) A fiadora da Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estes índices foram atendidos.

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, sendo que nos dias 15 de abril de 2013, 25 de junho de 2013 e 16 de dezembro de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000, R\$ 59.336 e R\$ 45.600, respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização dar-se á em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cujo a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a ultima em 15 de dezembro de 2022. Os juros apurados serão incorporados trimestralmente ao

Notas Explicativas

principal nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015.

O contrato com BNDES estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Os índices não foram apurados para o período, pois a obrigatoriedade de cálculo ocorrerá somente no ano de início da primeira amortização contratual, que será em 15 de maio de 2015.

As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantias prestadas pela Alupar Investimentos S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Notas Explicativas

b) As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	31/03/2014
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	3.723	-	212.113
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	1.474	-	83.953
BNDES - Subcrédito C	4.194	-	75	-	4.269
BNDES - Subcrédito D	161.997	-	1.003	-	163.000
2ª emissão de Debêntures	166.312	-	5.936	-	172.248
(-) Custo de captação - a amortizar	(3.587)	93	-	296	(3.198)
Total	619.785	93	12.211	296	632.385

c) Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Principal	(-) Custo de captação - a amortizar	Total
2015	26.687	(127)	26.560
2016	40.032	(189)	39.843
2017	40.032	(189)	39.843
2018	40.032	(189)	39.843
2019	40.032	(189)	39.843
após 2019	276.520	(2.141)	274.379
	463.335	(3.024)	460.311

12. Provisão para gastos ambientais

	31/03/2014	31/12/2013
Passivo circulante	10.294	12.364
Passivo não circulante	11.143	12.364
Total	21.437	24.728

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço e foram suportados pelo orçamento gerenciado da área ambiental da Companhia. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas na rubrica ativo imobilizado em curso.

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido

Em 18 de fevereiro de 2013 e em 20 de junho de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000 e R\$ 148.000 (representado pela emissão de 13.000.000 e 148.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), respectivamente, passando o mesmo de R\$ 153.081 para R\$ 314.081 em 31 de dezembro de 2013.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2014 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/03/2014	31/12/2013
Alupar Investimento S.A.	314.081.528	314.081.528
Membros do conselho de administração	1	1
	<u>314.081.529</u>	<u>314.081.529</u>

14. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013 está demonstrado abaixo:

	31/03/2014	31/03/2013
Numerador		
Prejuízo do período	(101)	(132)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>243.439.435</u>	<u>164.370.942</u>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,000)</u>	<u>(0,001)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

15. Provisão para contingências

Notas Explicativas

Processos judiciais	31/12/2013	Reversão	31/03/2014
Cível	-	-	-
Trabalhista	79	(79)	-
	<u>79</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos numerários efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, bem como pelo julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos serem de probabilidade de perda provável. Em 31 de março de 2014 não haviam valores provisionados.

(A) Perda provável: Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza tributária, cível, arbitral ou ambiental com risco de perda provável que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios.

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios da Companhia.

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com influência direta na implementação do empreendimento. O valor aproximado é de R\$ 1.739;
- Ação de Execução nº 01687157920128260100 proposta por Sulconsult Engenharia e Consultoria Ltda., referente a contrato de prestação de serviço de elaboração de software. O valor em risco aproximado de R\$ 1.613.
- Ação de Execução nº 01687149420128260100 proposta por Sulconsult Engenharia e Consultoria Ltda., referente a contrato de prestação de serviço de certificação do projeto. O valor em risco aproximado de R\$ 2.319. Em 09 de abril de 2014 a Companhia depositou em juízo o valor atualizado da execução, no montante de R\$ 2.503, referente à esta ação de execução (o que ocasionou o pedido de levantamento da garantia anteriormente ofertada no processo).

(iii) Demandas Arbitrais: Não existem demandas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios.

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Notas Explicativas

16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações trimestrais.

	31/03/2014		31/12/2013		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Aivo						
Caixa e equivalentes de caixa	2.344	2.344	26.078	26.078	Valor justo	Valor justo por meio de resultado
	<u>2.344</u>	<u>2.344</u>	<u>26.078</u>	<u>26.078</u>		
Passivo						
Fornecedores	19.294	19.294	21.331	21.331	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	632.385	632.385	619.785	619.785	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>651.679</u>	<u>651.679</u>	<u>641.116</u>	<u>641.116</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- ✓ Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- ✓ Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

16.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

As debêntures da Companhia não estão precificadas no mercado ativo. A Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Notas Explicativas

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de março de 2014.

16.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Mensuração do valor justo (nível I)	
	31/03/2014	31/12/2013
<u>Ativos avaliados ao valor justo</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.344	26.078
	<u>2.344</u>	<u>26.078</u>

No período findo em 31 de março de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

16.4. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Posição em 31/03/2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	11	1	1	1	2

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2014 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de março de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano							
Taxa de juros a.a.	Posição em 31/03/2014 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
2ª emissão de debêntures	5,95%	147.000	3,09%	4,64%	6,18%	7,73%	9,27%
			13.559	15.965	18.372	20.778	23.184
BNDDES subcrédito (A, B e C)	2,34%	295.936	2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
			14.496	18.282	22.068	25.854	29.639

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

16.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Notas Explicativas

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	17.510	374	-	-	1.410	19.294
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	-	-	66.403	119.529	274.379	460.311
Debêntures - principal e encargos	172.074	-	-	-	-	172.074
Total	189.584	374	66.403	119.529	275.789	651.679

O total da dívida de empréstimo em longo prazo será amortizado a partir de 2015, período o qual a Companhia estará em fase operacional e utilizará as receitas de operação para amortização da dívida.

Gestão de capital

	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(172.074)	(165.894)
Não circulante	(460.311)	(453.891)
Dívida total	(632.385)	(619.785)
Caixa e equivalentes de caixa	2.344	26.078
Dívida líquida	(630.041)	(593.707)
Patrimônio líquido	311.894	311.998
Índice de endividamento líquido	2,02	1,90

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros que serão providos por meio de aportes de capital pelos seus acionistas e de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

17. Benefícios a empregados

Notas Explicativas

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida)* e educação continuada.

*No plano de contribuição definida, a empresa patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de março de 2014.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término vigência
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de engenharia	907.000	3.570	20/03/2015
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330	30/04/2015
Total	1.015.375	4.852	

19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

20. Compromissos

Até 31 de março de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 67.676 (R\$ 84.672 em 31 de dezembro de 2013) de compromissos assumidos, que se referem basicamente a contratação de fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE Ferreira Gomes, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

21. Eventos subsequentes

a) Adiantamentos para futuro aumento de capital:

A acionista Alupar Investimentos S.A adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital os montantes abaixo citados:

Notas Explicativas

Data	R\$
01/04/2014	4.990
04/04/2014	4.990
11/04/2014	4.990
17/04/2014	4.990
30/04/2014	4.900
Total	24.860

b) Quitação de ação de execução:

Em 09 de abril de 2014 a Companhia depositou em juízo o valor atualizado, no montante de R\$ 2.503, referente à Ação de Execução nº 01687149420128260100 proposta por Sulconsult Engenharia e Consultoria Ltda (o que ocasionou o pedido de levantamento da garantia anteriormente ofertada no processo).

Contadora
Danielle Santos
CRC 1SP278429/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013, apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 05 de fevereiro de 2014 e 14 de maio de 2013, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 30 de abril de 2014.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

São Paulo, 30 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 30 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 31 de março de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico